

ELÍSIO ESTANQUE
HERMES AUGUSTO COSTA (orgs.)

*O sindicalismo português
e a nova questão social
– crise ou renovação?*


ALMEDINA

ces

CAPÍTULO 2

TRABALHO, SINDICALISMO E ACÇÃO COLECTIVA: DESAFIOS NO CONTEXTO DE CRISE*

Elísio Estanque (Centro de Estudos Sociais,
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)

Numa época de crise internacional que atinge todos os cantos do mundo é fundamental que nos questionemos sobre os seus impactos, em especial em sectores como o do trabalho, aquele que mais se impôs como a infraestrutura fundamental do sistema social e político das sociedades industriais. Importa, todavia, começar com duas notas prévias: a primeira, é que o presente texto não se destina a discutir a crise, antes situa um conjunto de aspectos relacionados com as transformações ocorridas nas últimas décadas, em especial no que toca às grandes mutações socioeconómicas e sua incidência nas relações de trabalho e nos processos produtivos; a segunda refere-se à necessidade de relativizar a tendência para direccionar ou discutir todos os assuntos em torno da “crise”, já que tal atitude pode provocar distorções de índole diversa, inclusive perder de vista a complexidade de factores que se foram acumulando, e os efeitos colaterais que foram gerando, antes ainda de entrarmos na “crise” propriamente dita ou de ela atingir o seu ponto culminante (que ainda ninguém sabe quando surgirá nem quais os seus contornos).

Importa, pois, evitar conceber a crise como se fosse a causa e, ao mesmo tempo, a consequência de tudo aquilo que vem ocorrendo no mundo, no último ano. O presente texto procura, portanto, apresentar um conjunto de reflexões em torno do campo do trabalho e do sindicalismo, não se limitando a tratar o mais recente período, mas tentando recuperar algumas das principais tendências dos tempos recentes no contexto da economia global deste início de século. Para além de uma reflexão sobre a questão laboral e social a nível geral, procurei também apresentar alguns dos traços específicos da sociedade portuguesa, mostrando algumas das suas vulnerabilidades particulares, remetendo para a história recente do país e para as dificuldades que enfrenta na aproximação aos padrões europeus. O texto termina com uma breve reflexão

* O presente texto foi anteriormente publicado, sob o título “Trabalho e sindicalismo – os impactos da crise”, na Revista *Finisterra*, volume 65/66, 2009 (pp. 135-150).

sobre o sindicalismo e os desafios com que ele se debate, tanto no contexto de crise como no período precedente. Se o diagnóstico que se pode fazer ao caso português, acerca destes problemas, não se circunscreve à realidade presente (de resto, como se diz correntemente entre historiadores e cientistas sociais, a única coisa que podemos conhecer é o passado) ele procura captá-la esforçando-se por iluminá-la com base em traços estruturais que só podem conhecer-se escavando no passado.

Crise, globalização e fragmentação do trabalho

Como se sabe, a noção de “crise” pode encerrar em si mesma uma enorme variedade de significados e, no caso vertente – em que se pensa sobretudo nas tendências negativas na esfera financeira, económica e no emprego –, ela recobre todo um leque de realidades bem diferentes, muitas das quais já bastante antigas. Por outro lado, a própria crise económica foi suscitada por um conjunto complexo de factores sociais, uns mais estruturais outros mais contingentes. Diversas instâncias políticas e interesses económicos desencadearam, desde há cerca de trinta anos, um programa de iniciativas que significou uma aposta sem precedentes no comércio livre, na especulação bolsista, nas *offshores* e na economia financeira, os factores que serviriam de barómetro ao crescimento económico. Os mercados assegurariam um crescimento ilimitado e, portanto, quanto menos regulação e intervenção estatal, tanto melhor.

Estas foram algumas das grandes opções que se tornaram decisivas na erupção da actual crise. Alguns dos seus mentores teóricos mais importantes, como Alan Greenspan, fizeram *mea culpa*. Mas, foram os Estados e as economias mais ricas do mundo, fortemente apoiadas pelos mercados internacionais e pelas novas tecnologias da informação e comunicação, que impuseram como regra a abertura total das fronteiras ao comércio mundial, a competitividade deixada ao sabor do mercado, etc., envolvendo tudo isso na conhecida retórica neoliberal, que prometia um mundo de oportunidades para os mais competentes e uma “nova economia” capaz de assegurar o bem-estar, senão de todos, pelo menos daqueles – países, economias e indivíduos – que decidissem guiar-se pela aposta nas qualificações, na inovação e na competição. A bondade do mercado global parecia garantir o sucesso.

Apesar da polissemia que a noção de globalização encerra – e muito embora se tenha percebido que, afinal, o comércio global é já uma velha história de que existem marcas indeléveis há mais de cinco séculos –, a viragem que ocorreu há cerca de três décadas, suscitou uma fantástica multiplicação das transacções e fluxos, de pessoas, bens e serviços de todos os tipos, dando lugar a

profundas transformações tanto no plano prático como no plano teórico e conceptual. Com a massificação da indústria turística e a democratização dos transportes aéreos, o mundo ficou mais pequeno e passou a ser olhado sob novas perspectivas. As velhas noções de modernidade, desenvolvimento e progresso deram lugar à ideia de pós-modernidade, de imprevisibilidade e de incerteza quanto ao sentido da história e da mudança social. A intensificação das trocas comerciais na escala transnacional, com a ajuda da revolução informática, tecnológica e comunicacional, aceleraram e multiplicaram os processos de mercantilização da vida e das sociedades, ao mesmo tempo que os estados e as economias nacionais perderam parte da sua antiga soberania e autonomia.

Porém, ao contrário da retórica liberal e tecnocrática de muitos teóricos e *experts*, o novo liberalismo que avassalou o mundo desde os anos oitenta, não só não atenuou os problemas humanos e os riscos sociais como os agravou drasticamente. É verdade que as oportunidades de negócio e as vantagens lucrativas se mostraram fantásticas para uma ínfima minoria – sobretudo dos que já eram ricos e poderosos –, mas em contrapartida a larga maioria das populações e das classes trabalhadoras, incluindo amplos sectores da classe média, vêm-se debatendo com o agravamento das suas condições de vida e de trabalho. Hoje, muitos constataam a intensificação das desigualdades e injustiças sociais, e mesmo aqueles que mais activamente glorificaram o mercado livre e as infinitas potencialidades da economia financeira, viram-se agora para o Estado pedindo auxílio.

O campo laboral é sem dúvida aquele em que os impactos desestruturadores da globalização tem sido mais problemático. As consequências disso mostraram-se devastadoras para milhões de trabalhadores de diversos continentes. E o caso particular da Europa é aquele em que as alterações em curso representam um flagrante retrocesso em face das conquistas alcançadas desde o século XIX, com o decisivo contributo do movimento operário e do sindicalismo. Porque a Europa é justamente a região “referência” e o berço da civilização Ocidental, é necessário pensar em toda a sua tradição humanista e emancipatória, lembrar que está aqui a génese das principais doutrinas progressistas, revoluções e movimentos sociais. O projecto da modernidade e a democracia política, assentaram em promessas de grande potencial utópico, rumo a uma sociedade mais justa e igualitária. Porém, os velhos lemas do iluminismo – Liberdade, Igualdade e Fraternidade – foram nas últimas décadas secundarizados, se não mesmo desprezados ostensivamente, no discurso institucional de governantes e dirigentes (inclusive de correntes como a social-democracia, cuja história e

referências éticas e doutrinárias se inscrevem em projectos e ideologias desse teor). Os efeitos da globalização têm vindo a induzir novas formas de trabalho cada vez mais desreguladas, num quadro social marcado pela flexibilidade, subcontratação, desemprego, individualização e precariedade da força de trabalho. Assistiu-se a uma progressiva redução de direitos laborais e sociais, e ao aumento da insegurança e do risco, num processo que se vem revelando devastador para a classe trabalhadora e para o sindicalismo desde os finais do século XX (Castells, 1999; Beck, 2000).

As convulsões que o mundo do trabalho tem vindo a sofrer e o crescente ataque ao direito laboral inserem-se, de facto, num contexto mais amplo e obedecem a poderosos interesses económicos e políticos ditados pelas instâncias internacionais que, no fundo, governam o mundo (BM, OCDE, FMI, etc.) e se impuseram também na Europa, obrigando-a a abdicar em larga medida do seu património social, humanista e civilizacional. Muito embora tenhamos de reconhecer que o velho Estado social perdeu sustentabilidade à medida que se verificaram quer o abrandamento económico quer a quebra de crescimento demográfico nos países europeus, não pode aceitar-se – pelo menos de um ponto de vista da esquerda – que a contenção da despesa pública e o controlo orçamental sirvam de justificação para toda esta inversão (ou, dir-se-ia, reconversão...) da velha social-democracia num modelo cuja viabilidade só é pensada no pressuposto de uma inevitável cedência ao neoliberalismo. Menos ainda se pode ficar indiferente quando governos apoiados por partidos socialistas revelam uma total insensibilidade perante o aumento das injustiças e os ataques cada vez mais intensos ao direito do trabalho e à dignidade do trabalhador.

A realidade laboral dos últimos tempos voltou a dar actualidade a visões críticas do capitalismo até há pouco julgadas ultrapassadas. Karl Marx e a sua obra maior, “O Capital”, voltou a suscitar as atenções do mundo, quer por parte de académicos quer da opinião pública em geral. Mas, se o pensamento marxista parece ganhar nova actualidade não é porque se pretenda recuperar a ortodoxia leninista ou reincidir em modelos comprovadamente falidos, como o soviético. É sim porque o mercado desregulado, a intensificação da exploração – sob velhas ou novas formas – e todo o conjunto de problemas socioeconómicos que a actual crise veio agudizar comprovaram a falência do paradigma neoliberal e requerem, por isso, que se repensem os modelos de mercado que guiaram a economia mundial nos últimos tempos.

Em especial no campo do emprego temos assistido a um efeito de pêndulo, em que cada vez menos trabalhadores se encontram numa situação de emprego seguro, estável e com direitos, enquanto existem cada vez mais pessoas

desempregadas que se debatem com o iminente risco de pobreza e exclusão. Como os vagabundos do século XVIII europeu ou os chamados *malteses* alentejanos de meados do século XX, esta gente vê negados os mais elementares direitos. São atirados para o mundo em busca desesperada de subsistência e obrigados a aceitar quaisquer condições de trabalho e a entregarem-se à vontade gananciosa de patrões sem escrúpulos. Excluídos, de facto, do estatuto de cidadania são por vezes os próprios que negam a si mesmos o direito de procurar um trabalho digno, aceitando ser tratados como sub-humanos ou como os novos escravos da economia global do século XXI.

Os processos recentes de fragmentação e precarização das relações e formas de trabalho atingiram o conjunto das classes trabalhadoras e pulverizaram as próprias estruturas contratuais e organizacionais do sistema produtivo. Perante o triunfo do neoliberalismo económico e o acentuar de novas formas de opressão e exploração, alguns dos velhos conceitos e dicotomias de Marx, tais como as divisões entre capital fixo/ capital circulante; trabalho vivo/ trabalho morto; trabalho material/ trabalho imaterial; actividades produtivas/ improdutivas, são hoje reconceptualizadas à luz da nova dinâmica do capitalismo global.

Na verdade, as actuais tendências permitem mostrar como aquelas divisões estão a ser reconvertidas e se imbricam hoje dialecticamente umas nas outras, com isso contribuindo para intensificar e expandir novas formas de “estranhamento” e “alienação” das classes trabalhadoras e dos novos segmentos precarizados e em perda. Porém, o trabalho, em vez de desaparecer e se diluir para dar lugar ao lazer e ao consumo, ganha nova centralidade ao mesmo tempo que se combina sob diferentes lógicas e formas mais instáveis (metamorfoseia-se) e em muitos casos mais penosas para quem tem de viver de qualquer trabalho. Tornou-se clara a versatilidade, a instabilidade e a multiplicidade de formas e de sentidos que envolvem o trabalho e os seus mundos no início do século XXI. Muito embora se tenha esbatido enquanto potência criadora e espaço de consolidação de “subjectividades de classe” dirigidas para a acção transformadora (Castells, Méda, Gorz, Rifkin, Schnapper), o trabalho, material e imaterial, permanece como o módulo central no processo de acumulação capitalista (Antunes, 2006).

O flagelo do desemprego, associado a um “individualismo negativo” (Castel, 1998), que se assemelha a fenómenos que ocorreram na Europa do século XVIII, resultante desta precariedade – geradora das mais diversas formas de dependência, insegurança, resignação e medo – permite todo o tipo de prepotências e abusos. No actual panorama, já não são os direitos laborais que se

pretende defender, mas, do ponto de vista de milhões de assalariados, tão só o emprego a todo o custo, pois “o pior dos empregos é sempre preferível ao desemprego”, o que traduz bem a debilidade em que se encontra hoje o trabalhador. Desmantelou-se o velho compromisso capital-trabalho e a concertação social – a negociação “tripartit” –, essa velha conquista do fordismo e do Estado providência europeu, tornou-se nos últimos tempos uma mera figura de retórica em que já nem as forças políticas herdeiras da social democracia parecem acreditar, sobretudo quando alcançam o poder.

A sociedade portuguesa no contexto europeu

A este respeito convém ter presente alguns dos traços particulares da sociedade portuguesa. Portugal é, como todos reconhecemos, um país periférico da Europa, cujas dificuldades se devem a um tardio e incipiente desenvolvimento industrial, bem como a um processo de democratização também ele recente e repleto de contradições. Com a instauração da democracia em 1974, consolidaram-se as classes trabalhadoras vinculadas à indústria e os sectores da nova classe média assalariada (sector administrativo, saúde, educação, poder local e funcionalismo público em geral) cresceram rapidamente – apesar de no seu conjunto a classe média portuguesa ter permanecido débil – sob o impulso de um Estado providência em rápido crescimento, apesar de ele próprio ser fraco. Aliás, convém lembrar que Portugal começou a construir o seu Estado social numa altura em que já estavam a emergir os sinais de crise desse modelo na Europa, ou seja, tentou-se apanhar um comboio em andamento quando ele já estava a atingir o fim da viagem.

Daí que as transformações sociais desencadeadas com o 25 de Abril de 1974 – e de certo modo consignadas na constituição “socialista” de 1976 –, sendo sem dúvida profundas em muitos aspectos, nunca deixaram de evidenciar os contrastes que persistiam e persistem na sociedade portuguesa. A modernização das infraestruturas, em especial após a adesão à UE, em 1986, trouxe progressos inquestionáveis, mas no plano social, persistiram as dificuldades, injustiças e bloqueios. Muito embora os trabalhadores e a “classe baixa” em geral tenham melhorado substancialmente as suas condições de vida, em comparação com a miséria em que viviam há 30 ou 40 anos, o certo é que as elites – em especial as novas elites privilegiadas ligadas à indústria e ao comércio – subiram muito rapidamente, distanciando-se dos níveis de vida da classe média e dos trabalhadores manuais. A “classe média” cresceu até finais do século, em boa medida à sombra do crescimento do Estado, como se disse, mas ao mesmo tempo permaneceu instável e internamente muito diferenciada.

Pode até dizer-se que a classe média portuguesa foi mais importante pelo seu papel enquanto referência simbólica no imaginário colectivo, do que por ser um segmento social consistente e dotado de índices elevados de bem-estar. Foi sobretudo resultado de uma rápida concentração urbana e da facilitação do crédito, aspectos decisivos para que estes sectores recém urbanizados começassem a estruturar padrões de vida subjectivamente projectados numa imaginária “classe média”, ou, por outras palavras, numa categoria supostamente “distintiva” e “superior” por comparação com os grupos de referência originários, isto é, os que remetiam para um mundo rural e pobre, que se pretendia ver ultrapassado. Assim, como alguns estudos mostraram (Estanque, 2003; Cabral, 2003), uma parte significativa da própria classe trabalhadora manual, incluindo alguns dos seus segmentos mais precarizados, via-se a si própria como pertencendo à “classe média”.

Ora, se o consumismo desenfreado e as expectativas de mobilidade ascendente puderam alimentar tais ilusões durante algum tempo, com a entrada no novo milénio e sobretudo perante o reforço da competitividade global, a contenção de custos, as pressões para a flexibilização e privatização (mesmo nos sectores onde o emprego se mantinha relativamente seguro), deram início a uma profunda mudança na esfera do emprego, com isso evidenciando, uma vez mais, o carácter persistente e estrutural das nossas debilidades. Ressurgem problemas que era suposto terem sido resolvidos há décadas, como sejam a pobreza, a falta de qualificação de trabalhadores e empresários, as elevadas taxas de abandono escolar, o fenómeno dos recibos verdes (inclusive os falsos), o crescimento brutal das desigualdades sociais, o aumento do desemprego e da pobreza, as desigualdades de género e um rápido aumento das situações de precariedade no trabalho, que atingem em especial os sectores mais jovens (incluindo os mais escolarizados).

Temos, portanto, sobre os nossos ombros um passado recente marcado por inúmeros contrastes, e é neles que porventura repousam as causas mais decisivas do nosso atraso estrutural. A cultura tradicional do país e a escassa qualificação dos agentes económicos (empresários e trabalhadores) espelham ainda os atributos de uma sociedade subdesenvolvida, amarrada a mentalidades atávicas e paroquiais, aqui e ali deixando ainda transparecer alguns resquícios de feudalismo e de salazarismo. Prevaecem os modelos de gestão de cariz despótico, lado a lado com dependências e tutelas de todos os tipos que se adaptam de modo perverso à vida moderna, corroendo o funcionamento das empresas e instituições e travando as potencialidades de modernização económica e de aprofundamento democrático.

Mantêm-se ou intensificam-se os velhos dualismos, tais como a divisão entre o interior e o litoral ou entre o rural e o urbano, muito embora tais divisões mantenham entre si fortes contaminações recíprocas. Essas antigas contradições continuam a persistir, embora se adaptem aos tempos actuais. Os sectores protegidos do emprego tornam-se cada vez mais raros, enquanto o emprego precário subiu acima dos 20% (22% em 2007 para os trabalhadores com menos de 35 anos) e nas camadas mais jovens atinge cerca do dobro, o que, por sua vez, exprime a contradição geracional entre uma juventude mais qualificada, mas também mais precária, e as condições de trabalho dos seus pais ou avós. O discurso da privatização foi durante décadas elevado ao estatuto de único garante da competitividade, e, ao abrigo desse discurso – erigido em pensamento único por parte do poder – desencadearam-se diversas reformas nos serviços públicos em diversas áreas como a saúde, o funcionalismo público, a educação e outras, justificando-se tais mudanças com base num suposto privilégio dos trabalhadores e funcionários da administração pública por contraste com os do sector privado, servindo este argumento uma clara estratégia de nivelamento por baixo.

Porém, quer a capacidade de realizar as reformas, quer as possibilidades de lhes resistir, bem como a razoabilidade com que as mesmas são concebidas e levadas a cabo, são parte de processos mais complexos, que só poderemos interpretar se forem devidamente situados no seu contexto e na própria história. E é justamente a essa luz que as propostas legislativas de alteração do sistema de relações laborais, para terem sucesso, deveriam começar por diagnosticar a realidade que temos, não com base em assumpções ou juízos de índole ideológica, mas tendo presente o contexto onde nos inserimos e o património sociocultural que herdámos do passado. Sem considerarmos a história e o significado das lutas sociais dos trabalhadores europeus ao longo dos últimos 150 ou 200 anos, jamais compreenderemos a diferença entre o modelo social europeu e o mercantilismo individualista dos países anglo-saxónicos. Se houve efectivamente progressos fundamentais na Europa ao longo de todo este tempo, eles devem-se essencialmente às capacidades de organização e de luta colectiva da classe trabalhadora e do movimento operário nos países industrializados. Esse é, de resto, um património que é reivindicado por toda a esquerda, desde a social-democracia ao movimento comunista.

Se hoje temos mecanismos de regulação dos conflitos e uma ordem jurídica que privilegia o diálogo e a concertação entre os diferentes parceiros e classes sociais foi à custa de grandes sacrifícios e lutas do movimento operário. Nesse sentido, o direito do trabalho foi (e é) um instrumento decisivo ao serviço dos

trabalhadores destinado a reequilibrar as relações sociais capital e trabalho, que são, como se sabe, estruturalmente assimétricas. No entanto, apesar dos avanços alcançados, em muitos países persistiram ao longo dos tempos inúmeras formas de trabalho fora de qualquer protecção jurídica, e a erosão dos direitos sociais e económicos dos trabalhadores suplantou largamente a força da lei. Ainda hoje assim é, em diversas regiões do mundo, como é sabido.

Sendo expressão das relações políticas numa sociedade, a ordem jurídica funcionou ao longo da história como meio de legitimação de relações de poder fortemente desequilibradas, em geral impondo uma força de trabalho submissa e destituída dos direitos mais elementares, sem um salário digno, sem protecção social e sem acesso aos direitos humanos mais elementares. No entanto, a transformação histórica teve resultados fantásticos de sentido emancipatório, em particular nos países mais avançados. O direito do trabalho triunfou nos países europeus e é uma bandeira fundamental para trabalhadores dos mais diversos continentes, justamente porque representa uma poderosa arma ao serviço das classes desapossadas, defendida, desde sempre, pelo movimento sindical internacional e veiculada por organizações internacionais como a OIT, que tem prestado um inestimável contributo na defesa dos direitos humanos no trabalho, em todos os continentes. É precisamente à luz deste património histórico, de que a Europa é um palco privilegiado, que as mudanças impostas pelos poderes dominantes nesta matéria – no sentido de uma flexibilidade ditada pela concorrência desregulada, pelos requisitos do mercado global e pelas exigências do grande capital – correm o risco de representar uma regressão inaceitável para os trabalhadores europeus.

Portugal, com todas as suas especificidades, insere-se justamente nesse quadro. E é por isso que as alterações que o novo Código do Trabalho vem introduzir são, em variadas matérias (ou melhor, nos seus aspectos mais decisivos), motivo de grande apreensão para quem assuma a defesa da classe trabalhadora enquanto vítima da exploração capitalista (cerca de 140 anos após a 1ª edição do livro 1 de *O Capital*) e de outras formas de opressão e de injustiça social. Acresce que as condições de subdesenvolvimento já referidas colocam a sociedade portuguesa – e a sua força de trabalho assalariada – numa situação de especial vulnerabilidade, visto que estamos longe de cumprir plenamente com os direitos de cidadania. Como muitos de nós temos apontado repetidamente, existem medos incrustados nas instituições, que impedem o fortalecimento da esfera pública e tendem a inibir qualquer acção reivindicativa no campo profissional, onde imperam os constrangimentos e a mentalidade autoritária de empresários e chefias. A presença de culturas autocráticas, de tutelas e com-

padrões dos mais diversos tipos onde deveriam prevalecer a transparência, as estratégias de gestão e lideranças democráticas, constituem ingredientes que corroem as nossas instituições e desmotivam qualquer trabalhador dedicado. Em vez do mérito e da iniciativa individual prevalecem as posturas e atitudes de bajulação e resignação perante a autoridade; em vez do ambiente de exigência e de estímulo à criatividade e à co-responsabilização (individual e colectiva) cultiva-se o seguidismo e a mediocridade; em vez de cidadãos livres e autónomos promove-se o oportunismo e a delação. Tudo isto é o contrário de uma sociedade democrática avançada. Tudo isto se opõe aos valores do socialismo democrático. E a tudo isto é possível fazer frente. A questão está em saber se os governos e a classe dirigente pretendem inverter esse rumo ou contribuir para que ele se torne irreversível e nos empurre de novo para o abismo.

Ora, perante este panorama – e como diversos estudos internacionais têm mostrado –, a questão da estabilidade e da segurança no emprego constitui o principal motivo de preocupação dos trabalhadores. Encontrar um primeiro emprego é a primeira das prioridades dos estudantes do ensino superior (Estanque e Bebian, 2007).

Hoje, é-se “jovem” até muito além dos 30, porque muitos ficam dependentes da família até muito tarde, mas é-se por vezes considerado “velho” quando, trabalhadores desempregados, com quarenta e poucos anos, são preteridos devido à idade. A perda do emprego é a principal ansiedade face à qual muitas outras exigências, mesmo as mais evidentes, podem ser sacrificadas. Existem empresas, nos EUA e na Europa, que estabelecem um salário máximo, pedindo aos candidatos a um posto de trabalho que indiquem quanto “pretendem” ganhar, até esse nível máximo (por exemplo, 8 euros por hora) o que tem como consequência o constante baixar do nível do salário indicado pelos pretendentes ao emprego (os que indicam 4 euros ou menos serão naturalmente os preferidos). É a lógica da auto-negação da dignidade produzida pelo espectro do desemprego e da miséria. O clima de angústia que o actual cenário de crise tem vindo a acentuar só vem contribuir para que tais sintomas “patológicos” se tornem ainda mais dramáticos do que até agora temos conhecido.

Porém, quando o trabalhador (ou o cidadão) é sistematicamente reprimido e impedido de manifestar a sua vontade ou de exigir o cumprimento de direitos, o que acontece é o aumento do descontentamento e da contrariedade no trabalho e na sociedade. Daí resulta então uma de duas coisas: ou se acentua a resignação e o medo, ou aumenta a críspação e o sentimento de revolta. Este ambiente, agravado com as múltiplas formas de recomposição, desmembramento, flexibilidade, deslocalização e encerramento de empresas, precarie-

dade do trabalho, fragmentação dos processos produtivos, etc., tem conduzido a classe trabalhadora a uma cultura de impotência e de conformismo. Uma “classe” cada vez mais heterogénea e frágil que se depara com tremendas dificuldades em agir colectivamente. Há muito que as identidades de classe perderam fulgor em favor de outras identidades rivais e de outras formas de acção colectiva (e de inacção), num processo que se acentuou enormemente com o colapso do regime soviético e, no caso português, após a saturação da linguagem marxista e “de classe” de que se usou e abusou no período do PREC. Perante o refluxo da acção colectiva e do discurso ideológico, os sindicatos perderam força e capacidade de organização e de mobilização, nomeadamente junto dos segmentos mais fragilizados e mais jovens da força de trabalho. Para além de um contexto social e político pouco favorável à participação colectiva e associativa – e sem esquecer as próprias dificuldades de renovação do sindicalismo (Estanque, 2008) –, o reforço do poder patronal e a retirada de condições favoráveis à acção sindical vêm agravar ainda mais essas tendências.

Sindicalismo e acção colectiva

Nesta discussão, torna-se incontornável equacionar a questão sindical. Se nos despirmos de juízos de valor, e sobretudo se formos capazes de evitar a tendência de valorar os sindicatos entres os “bons” e os “maus” (uns com quem, supostamente, se pode dialogar e os outros, ditos conservadores ou “ao serviço de...”), seremos levados a perceber o papel social e transformador do sindicalismo (e tanto a contestação como a negociação são vias igualmente válidas no plano social) e talvez então se possa aceitar que o sindicalismo combativo e de movimento é aquele que maior contributo deu e pode dar à sociedade e ao progresso. É sobretudo em períodos de crise e de dificuldades para as classes trabalhadoras que ocorrem as grandes viragens históricas, normalmente acompanhadas de novos movimentos e da emergência de novas lideranças. Na Inglaterra do século XIX e noutros contextos mais recentes – de que pode ser exemplo o 25 de Abril de 1974 –, a mobilização popular não se deveu apenas a motivações políticas e económicas (nem a causas racionais, da ordem da “consciência” ou dos “interesses”), mas também, talvez sobretudo, a factores culturais e identitários. A identidade precede os interesses. Mas estes, quando fundados em fortes carências e necessidades básicas por satisfazer, podem produzir rebeliões radicais e de massas, ainda que não sejam orientadas por nenhuma motivação política.

A classe trabalhadora deixou há muito de ser homogénea, mas o alastrar da precariedade e do trabalho sem estatuto e sem dignidade pode conduzir a

novas homogeneizações, que, embora de base transclassista, sejam capazes de se unificarem na defesa de uma identidade agredida e ofendida nos locais de trabalho. Mesmo a participação, a solidariedade e a partilha colectiva da indignação podem recuperar um certo sentido de recompensa simbólica, estimulando o desejo de reconstrução comunitária, quer este seja virado para um passado nostálgico e em nome das “raízes” (por exemplo, o nacionalismo ou o bairrismo), quer se projecte num qualquer futuro promissor e “emancipatório”, por exemplo, o socialismo (Tilly, 1978; Morris, 1996).

Tomados por muitos como factores de bloqueio ao crescimento económico e ao desenvolvimento, os sindicatos queixam-se, com razão, de que em diversas regiões do mundo as formas de trabalho parecem ter regressado aos tempos “satânicos” de Marx. Mas, apesar da mítica classe operária estar em desagregação, não surge no horizonte nenhuma outra entidade capaz de congregar a unidade dos assalariados. As actuais pressões do mercado e da economia global deixam aos sindicatos uma margem de manobra cada vez mais estreita, mas por outro lado o esforço de actualização por parte das estruturas sindicais tem sido diminuto e insuficiente para responder aos problemas da actualidade. Sobra então espaço para novos actores e movimentos.

Nas últimas décadas, enquanto a economia e os mercados deixaram de estar confinados a fronteiras, o movimento sindical revelou enormes dificuldades em agir para lá do âmbito nacional (e muitas vezes sectorial). A globalização revelou-se contraditória e gerou múltiplos efeitos paradoxais, nomeadamente ondas sucessivas de protestos juvenis e movimentos sociais que se reclamaram de “alter-globalização”. Desde a cimeira da OMC em Seattle, em 1999, passando pelos encontros do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre e noutras cidades, este activismo – largamente apoiado pelas redes virtuais do ciberespaço – revelaram novas e inovadoras formas de denúncia e de intervenção pública, que até agora têm marcado as formas de activismo global do século XXI. As mais recentes ondas de contestação juvenis (França, Grécia, Catalunha), invocam por vezes o Maio de 68, até porque são igualmente activadas por condições de emergência semelhantes, em que os grupos e as comunidades de jovens se afirmam mobilizando-se contra um opositor, ou um “inimigo” identificado. Mas são fenómenos muito distintos. Enquanto naquela época era a consciência política e as auto-proclamadas “vanguardas” que assumiam a liderança da luta, agora a acção colectiva perdeu parte do seu conteúdo político. Dito de outro modo, continua em vigor o princípio da “válvula de escape”, mas os seus efeitos são politicamente mais incertos. As ondas de protesto e o discurso de indignação que as acompanha, exacerbados por um poder (insti-

tucional, empresarial ou governamental) de cariz autoritário, podem ganhar um efeito mimético de proporções imprevisíveis, se para tal as condições sociais se tornarem propícias.

O actual contexto de crise, ao mesmo tempo que ameaça desfazer um conjunto de laços sociais, que até aqui garantiam a coesão mínima da sociedade, pode, precisamente porque o sistema social tem horror ao vazio, galvanizar de novo as multidões que se sentem ressentidas e desprotegidas. E o facto de o sindicalismo apenas timidamente se envolver neste tipo de iniciativas, até agora, não garante que elas continuem a ter pequena expressão. Até porque se o presente é fortemente marcado pela contingência, tanto pode acontecer que expressões de grupos minoritários (sejam eles os MayDay, os FERVE ou outros) se possam repentinamente alastrar (como sucedeu com o movimento Geração à Rasca), como a própria intensificação da pressão pode levar a que o sindicalismo radicalize o seu discurso e consiga mobilizar a massa de precários e desempregados que tem vindo a engrossar e ameaça expandir-se nos últimos anos.

Diversos autores e académicos têm formulado a necessidade de se criarem novas alianças e dinâmicas internacionalistas, como condição para revitalizar o sindicalismo perante o agravamento das desigualdades e injustiças sociais em todos os continentes, alegando que a mobilidade global – de capitais e de empresas funcionando em rede – exigem respostas sindicais também em rede e igualmente articuladas na escala transnacional (Waterman, 2002; Estanque, 2007). Ao contrário de outros países e regiões, como o Brasil e a América Latina, onde a cooperação entre as universidades, académicos e centros de pesquisa, de um lado, e os movimentos sociais e sindicais, de outro, são uma constante, em Portugal essa tradição praticamente não existe.

As novas redes e estruturas transnacionais de organização política são cada vez mais necessárias. Não apenas na União Europeia, onde as famílias políticas possuem ainda pouca eficácia e as próprias estruturas sindicais são incipientes. Para enfrentar os actuais desafios (que a crise apenas veio acelerar), o sindicalismo de hoje terá de se reinventar ou reestruturar profundamente. Um sindicalismo de movimento social global, orientado para a intervenção cidadã, terá de se estender para além da esfera laboral; terá de passar das solidariedades nacionais para as transnacionais, de dentro para fora, dos países avançados para os países pobres. Precisamos de um sindicalismo que não abdique da defesa dos valores democráticos, mas em que estes se alarguem à democracia participativa (nas empresas, escolas, cidades, comunidades, etc.); que coloque as questões ambientais e a defesa dos consumidores, dos saberes e tradições

culturais locais no centro das suas lutas e negociações; que resista ao capitalismo destrutivo através de um maior controlo sobre o processo produtivo, os investimentos, a inovação tecnológica e as políticas de formação e qualificação profissional; que pense os problemas laborais no quadro mais vasto da sociedade, da cultura ao consumo, do trabalho ao lazer, da empresa à família, do local ao global (Estanque, 2004; Hyman, 2002).

Mas tudo isto pressupõe uma estratégia ambiciosa que rompa com a prática de acomodação ao funcionamento burocrático em que boa parte do sindicalismo de hoje se deixou enredar. Exige uma reflexão séria e uma atitude auto-crítica e porventura mais humilde da parte das actuais lideranças sindicais, associativas e institucionais, em todos os domínios da nossa vida social.

Por exemplo, a extraordinária capacidade da *Internet* e do ciberespaço são um enorme potencial ainda subaproveitado. A facilidade para aceder à informação, para acumular e divulgar conhecimento em fracções de segundo, poderiam ser uma poderosa arma ao serviço do movimento sindical e da democracia em geral (Ribeiro, 2000; Waterman, 2002). O problema não reside, portanto, na tecnologia ou na sua ausência. O problema é que os atributos socioculturais que atrás enunciei – tão atreitos à nossa sociedade desde há séculos – se reflectem e reproduzem nos mais diversos meios e instâncias organizacionais, com isso inibindo uma maior transparência na gestão das instituições e travando, sem sabermos até onde, o processo de consolidação e aprofundamento democrático.

Em conclusão, a crise que nos surpreendeu a todos em finais de 2008 tem causas bem mais profundas e longínquas do que pode parecer. E o modo como sectores decisivos como o do emprego são ou não capazes de responder às dificuldades e problemas do presente, derivam em boa medida da capacidade que tenha de reconverter algumas das velhas pechas do nosso sistema produtivo em potencialidades de viragem. De viragem para outro paradigma. E isso depende muito dos agentes económicos em posições de liderança e da capacidade do próprio poder político aceitar o surgimento de novos protagonistas e novas posturas, limpas, com sentido ético, e animados pelo princípio da causa pública, em busca do bem-estar geral e da solidariedade para com os mais pobres e despojados.